

Câmara analisa acusação contra Sarney no caso dos ianomami

Da Sucursal de Brasília

O subprocurador da República, Carlos Victor Muzzi, entra hoje, na Câmara dos Deputados, com a acusação de "crime de responsabilidade" e desobediência contra o presidente José Sarney e os ministros que assinaram decretos criando reservas de garimpo dentro de área ianomami, em Roraima. A denúncia precisa ser acatada por 2/3 dos deputados para ser encaminhada para o Senado, que deve tomar uma decisão final. Em caso de condenação, o presidente e os ministros perdem os cargos atuais e o direito de ocupar qualquer outro cargo público por um período de cinco anos.

Os decretos de Sarney criaram as reservas de garimpo Uraricoera e Catrimani-couto. Foram assinados pelo presidente e pelos ministros Saulo Ramos, da Justiça, Cláudio Moreira Lima, da Aeronáutica, Seigo Tsuzuki, da Saúde, João Alves Filho, do Interior e Vicente Fialho, das Minas e Energia. Elas estão localizadas no interior de uma área de 9,4 milhões de hectares, interdita pela Justiça como área indígena, da qual devem sair todos os invasores —incluindo os garimpeiros.

A denúncia de "crime de responsabilidade" não suspende os efeitos dos decretos presidenciais. Para fazer isso, Muzzi pretende entrar na Justiça com pedido de liminar, em uma ação cautelar. Além disso, o subprocurador quer denunciar a situação à Organização das Nações Unidas (ONU).

Ele considera que os decretos configuram uma "clara violação

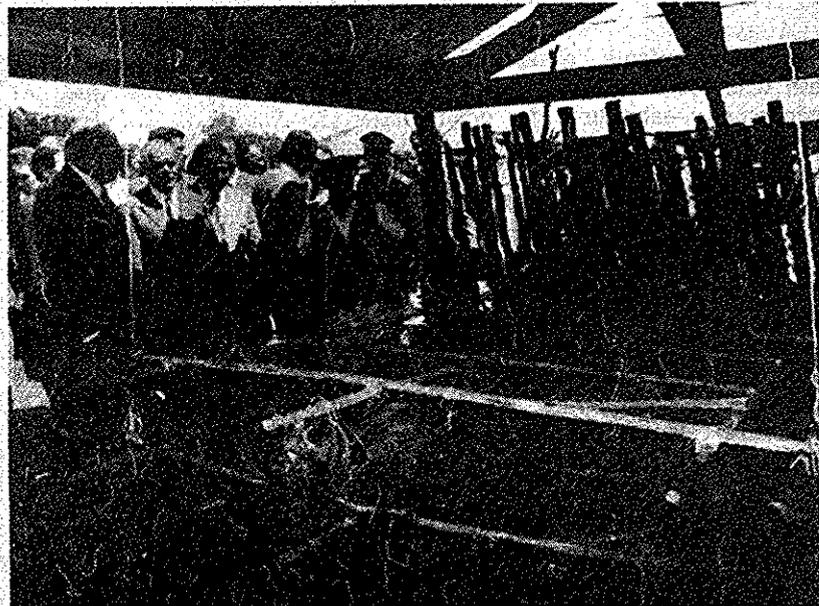
aos direitos fundamentais da pessoa humana". A presença dos garimpeiros já causou, segundo a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), a morte de 1.500 índios, 15% da população indígena.

O processo na Câmara não deve ser apreciado antes da posse do presidente eleito, Fernando Collor. Muzzi diz que isto não importa. "Mesmo que acabe o mandato de Sarney, o processo continua", afirmou. Esta acusação por "crime de responsabilidade" não impede que seja proposta na Justiça uma outra ação, criminal, se o subprocurador considerar que houve crime comum.

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, disse que, "por enquanto", nada tem a declarar. Sua defesa, na Câmara, será baseada em um suposto risco à saúde pública. Baseado em argumento do ministro da Saúde, Seigo Tsuzuki, Saulo Ramos afirma que a retirada dos garimpeiros de Roraima pode espalhar pelo país uma epidemia de oncocercose —doença que ataca a visão, causando cegueira. Tsuzuki não estava ontem em Brasília.

Os outros ministros envolvidos na questão não quiseram dar declarações a respeito. O presidente Sarney passou o dia de ontem em viagem pelo sul do país.

A acusação será entregue no protocolo da Câmara pelas mãos do próprio subprocurador. Muzzi vai apresentar, como fundamento da acusação, a liminar judicial que interdita os 9,4 milhões de hectares e que determina a interdição de todas as pistas de pouso na região ianomami.



Churrasco oferecido aos presidentes José Sarney e Júlio Sanguinetti

Sanguinetti elogia Sarney

Da Sucursal de Porto Alegre

O presidente José Sarney esteve ontem em Jaguarão (a 380 km de Porto Alegre) para assinar, em conjunto com o presidente do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti, os atos de instalação dos comitês de fronteira Brasil-Uruguai criados em dezembro de 89. Sanguinetti destacou a atuação de Sarney no processo da consolidação da democracia no Brasil. Para ele, o Brasil já viveu períodos de democracia, mas nunca a sociedade brasileira "foi tão livre e participativa a ponto de permitir que um desconhecido do Nordeste e um operário de São Paulo disputassem a Presidência".

Sarney chegou a Jaguarão às 12h. Ele e sua comitiva se encontraram com Sanguinetti na ponte Mauá, que liga as cidades de

Jaguarão e Rio Branco, no Uruguai. No teatro Esperança, no lado brasileiro, os dois presidentes e o governador Pedro Simon (RS) falaram para cerca de 500 pessoas.

Sarney disse que os comitês fronteiriços são o "germe de projeto mais amplo de uma América Latina unida e coesa".

Os comitês terão suas sedes nas cidades fronteiriças de Rio Branco/Jaguarão, Rivera/Santana do Livramento e Chuí/Chuy. Serão presididos alternadamente por brasileiros e uruguaios com participação dos prefeitos das respectivas cidades. A principal função dos comitês é facilitar a circulação de pessoas, mercadorias e veículos entre o Brasil e Uruguai.